

# EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL №. 015/2015 Regime: Prestação de Serviços Tipo: MENOR PREÇOS

Objeto:

RECIBO	
A Empresa, retirou Edital de Pregão nº e deseja ser informada de quaisquer alterações, respostas a esclarecimentos	 n°. —— ões
pelo e-mail:, aos//	
(Assinatura)	

OBS.: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PELO E-MAIL: camila@camaravicosa.com.br

PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO.



# Sumário

EDITAL DE LICITAÇÃO1	Ĺ
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº.015 /2015 1	L
Objeto: 1	L
1 – PREÂMBULO	1
2 – OBJETO <sup>2</sup>	1
3 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO	
CONVOCATÓRIO5	5
4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO6	5
5 – DO CREDENCIAMENTO	7
6 - DAS PROPOSTAS COMERCIAIS	3
7 – DA HABILITAÇÃO9	)
8 - DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO12	2
9 - DOS RECURSOS 17	7
10 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO18	3
11 – DA CONTRATAÇÃO 18	
12 – DO PAGAMENTO19	)
13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS19	)
14 - DISPOSIÇÕES GERAIS21	L
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO23	3
ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA SERVIÇOS 27	7
ANEXO III- MODELOS DE DECLARAÇÕES29	)
ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO34	1





# EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2015

**EDITAL** 

PREGÃO PRESENCIAL N.º 015/2015 PROCESSO LICITATÓRIO N.º 018/2015

**TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL** 

RESUMO DO OBJETO: Prestação de Serviços de sonorização em sessões e eventos realizados pela Câmara Municipal, em eventos extermos e realização de manutenção

de equipamentos.

DATA DA ABERTURA: 04/09/2015 - Horário: 14:20H

## 1 – PREÂMBULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA, Estado de Minas Gerais, com sede na Praça Silviano Brandão, n.º 05, Centro, Viçosa, Minas Gerais, CNPJ n.º 26.120.956/0001-10, através da sua Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 050/2014, realizará a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, em sessão pública, no endereço de sua sede anteriormente mencionado, para a contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização em sessões e eventos internos e externos realizadas pela Câmara Municipal de Viçosa, com especificação contida nesse Edital e em seus Anexos.

Este pregão será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

- 1.1 O pregão será realizado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio constituída pelos servidores designados através da Portaria nº 050/2014.
- **1.2** A abertura da sessão de pregão terá início no dia 04 de setembro de 2015 as 14:20 horas.
  - 1.2.1 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

## 2 – OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização em sessões realizadas pela Câmara Municipal de



Viçosa em eventos internos e externos , conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I, parte integrante do presente edital.

## 3 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 3.1 Os pedidos de esclarecimentos, referentes ao processo licitatório, poderão ser realizados por qualquer pessoa, inclusive licitante, e deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro (a), até o 5º (quinto) dia após a publicação do aviso do edital.
- **3.2** Os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, por escrito, por meio do e-mail camila@camaravicosa.com.br.
  - **3.2.1** Nos pedidos de esclarecimentos encaminhados, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e e-mail).
  - **3.2.2** Os esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro, por escrito, por meio de e-mail àqueles que enviaram solicitações de retirada do Edital.
- Qualquer pessoa, inclusive licitante, poderá impugnar os termos do presente Edital até o 5º (quinto) dia após a publicação do aviso do edital, cabendo ao (a) Pregoeiro (a) decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
  - **3.3.1** O interessado deverá apresentar instrumento de impugnação dirigido ao Pregoeiro, a ser protocolizado junto à CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA, com sede na Pç. Silviano Brandão, nº 05, centro, Viçosa, MG, no horário de 08h00min (oito) às 18h00min (dezoito horas), observado o prazo previsto no subitem 3.3. deste ato convocatório, fundamentando o alegado e, se for o caso, juntar as provas que se fizerem necessárias.
  - **3.3.2** Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados.
  - **3.3.3** Não serão aceitas impugnações por e-mail ou fax. As impugnações enviadas por Correios somente serão conhecidas se forem entregues dentro do prazo previsto no item 3.3.
- 3.4 Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados pelo Pregoeiro no Portal de Compras por meio do endereço http://www.vicosa.mg.leg.br.



- **3.4.1** As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a esse Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.
- **3.5** Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

## 4 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- **4.1** Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste Edital.
- **4.2** Não poderão participar da presente licitação as empresas que:
  - **4.2.1** Encontrarem-se em situação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País.
  - **4.2.2** Estiverem suspensas para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual.
  - **4.2.3** Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal.
  - **4.2.4** Possuam como diretores, responsáveis técnicos ou sócios, servidor, empregado ou ocupante de cargo comissionado dos órgãos do Município de Viçosa.
  - **4.2.5** Estejam constituídas sob a forma de consórcio.
  - **4.2.6** Encontrem-se sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou iurídicas.
- **4.3** É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.
- **4.4** Cada licitante apresentará uma só proposta de acordo com as exigências deste Edital.
- **4.5** O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.



**4.6** A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.

## **5 – DO CREDENCIAMENTO**

- No início da sessão pública de realização do pregão, o representante do licitante deverá se apresentar para credenciamento, junto ao Pregoeiro, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pelo licitante, devendo ainda identificar-se, exibindo a Cédula de Identidade ou outro documento equivalente.
- O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, conforme modelo contido no Anexo III deste edital, ou documento que comprove os necessários poderes especiais para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do licitante.
  - 5.2.1 No caso de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa licitante, deverá ser apresentada cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social juntamente com as alterações que comprovem sua capacidade de representação legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembléia em que se deu a eleição.
  - 5.2.2 No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa licitante, deverá ser apresentada no momento do credenciamento, cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social acompanhado da última alteração estatutária ou contratual, e ata de eleição da Diretoria em exercício, no qual estejam expressos os poderes do signatário para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 5.3 A empresa licitante deverá apresentar declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo contido no Anexo III deste edital.
  - **5.3.1** A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte que apresentar restrições na documentação relativa à comprovação de regularidade fiscal deverá apresentar Declaração, assumindo o compromisso de promover sua regularização, caso formule o lance vencedor, conforme modelo contido no Anexo III deste edital.



- 5.4 O fornecedor que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº. 123/06 bem como suas alterações, deverá comprovar a condição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte, no momento do seu credenciamento, conforme item 5.1, com a apresentação de:
  - **5.4.1** Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a declaração de enquadramento arquivada ou a certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, ou equivalente, da sede da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
  - **5.4.2** Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
  - 5.4.3 Na hipótese de o Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas não emitir o documento mencionado no item 5.4.2 deste artigo, nos termos da Lei Complementar Federal n° 123/06, deverá ser apresentada, perante o Pregoeiro, declaração de porte feita pelo representante da empresa, sob as penas da lei, mediante a comprovação dessa circunstância.
- **5.5** As declarações ou certidões de que tratam as cláusulas do item "credenciamento" deverão ser apresentadas FORA DE QUALQUER ENVELOPE, juntamente com os documentos exigidos para credenciamento.

#### 6 – DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

#### **6.1** ENVELOPE 01:

- **6.1.1** A proposta comercial deverá ser elaborada em conformidade ao modelo constante do Anexo II deste edital e impressa em papel timbrado do licitante, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, sendo a última assinada pelo representante legal do proponente, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, que acarretem lesão ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou impeçam exata compreensão de seu conteúdo.
- **6.1.2** A proposta comercial deverá ser entregue pessoalmente ao Pregoeiro, em envelope indevassável, fechado, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados no preâmbulo deste Edital.
- **6.1.3** O envelope deverá conter em sua parte externa e frontal a seguinte identificação:



ORGÃO/ENTIDADE:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015:

ENVELOPE Nº. 1 - PROPOSTA COMERCIAL

PROPONENTE:

CNPJ/CPF:

REPRESENTANTE LEGAL:

TELEFONE/FAX:

**6.1.4** Todas as condições estabelecidas serão tacitamente aceitas pelo proponente no ato da entrega de sua proposta comercial.

- **6.1.5** O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- **6.1.6** As propostas deverão apresentar preço unitário e global, sendo vedada imposição de condições ou opções, somente admitidas propostas que ofertem apenas um preço.
- **6.1.7** O preço global proposto deverá atender à totalidade da quantidade exigida, não sendo aceitas aquelas que contemplem apenas parte do objeto.
- **6.1.8** Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.
- **6.1.9** Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

## 7 – DA HABILITAÇÃO

Para fins de contratação, será exigida do licitante a comprovação das condições de habilitação consignadas nesse edital.

## **7.1** REGULARIDADE JURÍDICA:

**7.1.1** Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais, das declarações constantes no Anexo III deste Edital e do contrato.



- **7.1.1.1**Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(s) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.
- **7.1.2** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 7.1.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias ou cooperativas e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;
- **7.1.4** Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- **7.1.5** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- **7.1.6** Carteira de Identidade em se tratando de pessoa física.

#### **7.2** REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- **7.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme for o caso;
- **7.2.2** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame, se for exigível para a atividade objeto deste Pregão;
- **7.2.3** Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal da sede do licitante e à Fazenda Municipal de Viçosa;
- **7.2.4** Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS;
- **7.2.5** Certificado de Situação Regular perante o Sistema de Seguridade Social INSS;
- **7.2.6** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do



Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943;

**7.2.7** A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

## **7.3** QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

**7.3.1** Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses;

## **7.4** QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.4.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características e quantidades do objeto da licitação, estabelecidas no Anexo I, através da apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de desempenho anterior, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para a prestação de serviços solicitado.

## **7.5** DECLARAÇÕES:

- **7.5.1** Declaração de que o licitante não é declarado inidôneo para licitar e contratar com o Poder Público ou suspenso do direito de licitar ou contratar com a Administração Estadual. Conforme modelo contido no Anexo III deste Edital.
- **7.5.2** Declaração de que o licitante não possui, em seu quadro, trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, e que em nenhuma hipótese emprega trabalhadores menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da lei. Conforme modelo contido no Anexo III deste Edital.

#### **7.6** DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

7.6.1 O licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Câmara Municipal de Viçosa poderá apresentá-lo como substituto de documento dele constante, exigido para este certame, desde que este esteja com a validade em vigor no CRC. Caso o documento constante no CRC esteja com a validade expirada, tal não poderá ser utilizado, devendo ser apresentado documento novo com a validade em vigor.



- **7.6.1.1** Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.
- 7.6.2 Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou em cópia simples acompanhada do respectivo original para ser autenticada pelo pregoeiro ou por membro de sua equipe de apoio, no momento da análise dos documentos de habilitação, ou ainda em publicação feita em veículo de imprensa apropriado.
  - **7.6.2.1** Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
  - 7.6.2.2 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.
- **7.6.3** O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor.
- **7.6.4** Os documentos de habilitação deverão ser entregues pessoalmente ao Pregoeiro, em envelope indevassável, fechado, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados no preâmbulo deste Edital.
  - **7.6.4.1** O envelope deverá conter em sua parte externa e frontal a seguinte identificação:

ORGÃO/ENTIDADE:

PREGÃO PRESENCIAL Nº015/2015:

ENVELOPE Nº. 2 - HABILITAÇÃO

PROPONENTE:

CNPJ:

REPRESENTANTE LEGAL:

TELEFONE/FAX:

## 8 – DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO

**8.1** No horário indicado no Preâmbulo deste edital o Pregoeiro iniciará a sessão pública do pregão presencial.



#### **8.2** DOS LANCES:

- **8.2.1** Credenciados todos os representantes dos licitantes interessados em participar do certame, será iniciada a sessão do Pregão.
- **8.2.2** Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes "Proposta Comercial" e "Documentos de Habilitação".
- **8.2.3** Serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS COMERCIAIS, sendo feita a sua conferência e posterior rubrica.
- **8.2.4** As propostas comerciais dos respectivos licitantes serão analisadas, verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.
- **8.2.5** As propostas classificadas serão ordenadas em ordem crescente a partir da proposta de menor preço, selecionando-se aquelas que tenham apresentado valores superiores em até 10% (dez por cento), relativamente àquela de menor preço;
  - **8.2.5.1** Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas nas condições definidas no item 10.6, o pregoeiro selecionará as melhores propostas, em ordem crescente de valor, até o máximo de 03 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos, para que seus autores participem dos lances verbais;
- **8.2.6** Se duas ou mais propostas apresentarem o mesmo preço, o sistema definirá aleatoriamente a ordem de apresentação dos lances.
- **8.2.7** As licitantes classificadas farão seus lances verbais de forma sucessiva, iniciando pelo detentor do maior preço, em valores distintos e decrescentes.
  - **8.2.7.1** O licitante poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado, não obrigatoriamente inferior ao menor valor da sessão.
- **8.2.8** No caso de empate entre dois ou mais lances, prevalecerá aquele que for recebido primeiro.
- **8.2.9** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado, implicará para o licitante sua exclusão desta etapa, sendo mantido o último lance



por ele ofertado, para fins de ordenação dos licitantes no final da sessão.

**8.2.10** Quando acordado entre o pregoeiro e todos os licitantes participantes, poderá ser definido percentual ou valor de redução mínima entre os lances e o tempo máximo para sua formulação.

#### 8.3 DO JULGAMENTO

- **8.3.1** O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL, obtido de acordo com o Anexo II.
- **8.3.2** Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da melhor oferta, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
  - **8.3.2.1** Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da contratação.
- **8.3.3** Caso haja apenas uma proposta, esta será aceita desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação.
- **8.3.4** Aceita a oferta de menor preço, o pregoeiro irá proceder com a abertura do envelope de "HABILITAÇÃO" para verificação do atendimento às exigências do item 7.6.
  - **8.3.4.1** Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital ou apresentar preços manifestamente inexequíveis.
  - **8.3.4.2** Caso o pregoeiro entenda que o preço é inexequível, deverá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço.
  - **8.3.4.3** Para demonstração da exequibilidade do preço ofertado, serão admitidos:
    - **8.3.4.3.1** Planilha de custos elaborada pelo licitante;
    - **8.3.4.3.2** Documento que comprove contratação em andamento com preços semelhantes;



- **8.3.4.4** Verificada a inexequibilidade do preço, o pregoeiro poderá convocar os licitantes detentores das ofertas imediatamente superiores, na ordem de classificação, para apresentação da documentação e proposta comercial.
- **8.3.5** Se a melhor proposta ou lance não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação, para exame de seus documentos de habilitação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- **8.3.6** Após a apuração da melhor proposta válida, observada a classificação das propostas até o momento, será assegurado às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte o direito de preferência à contratação, observadas as seguintes regras:
  - 8.3.6.1 O pregoeiro convocará a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte detentora da melhor proposta dentre aquelas que estejam na situação de empate, ou seja, cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) em relação ao valor apresentado pelo proponente vencedor, para que apresente novo lance, inferior, ao melhor lance, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.
  - **8.3.6.2** Realizado novo lance, nos termos do subitem anterior, o pregoeiro examinará a aceitabilidade deste, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.
  - **8.3.6.3** Sendo aceitável a nova oferta de preço, a confirmação das condições habilitatórias da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte obedecerá ao procedimento previsto no item 8.3.4.
    - **8.3.6.3.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogável por igual período, para a devida e necessária regularização.
    - **8.3.6.3.2** A não regularização da documentação, no prazo deste item, implicará a decadência do direito à contratação.
    - **8.3.6.3.3** Se houver a necessidade de abertura do prazo para a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte regularizar sua documentação



fiscal, o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico. O pregoeiro registrará em ata que todos os presentes ficam intimados a comparecer na data, horário e local informados para a retomada da sessão de pregão.

- 8.3.6.4 Se a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte não apresentar proposta de preços ou não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará as pequenas empresas remanescentes que estiverem na situação de empate prevista no subitem 7.3.6.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- **8.3.6.5** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- 8.3.6.6 Caso não haja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte dentro da situação de empate ou não ocorra a apresentação de novo lance ou não sejam atendidas às exigências documentais de habilitação, será declarado vencedor o licitante originalmente detentor da melhor oferta.
- **8.3.6.7** O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por Microempresa ou por Empresa de Pequeno Porte.
- **8.3.7** Após a aplicação do critério de desempate, se houver, o pregoeiro poderá negociar com o autor da melhor oferta com vistas à redução do preço;
- **8.3.8** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o pregoeiro declarará o licitante vencedor que deverá encaminhar a documentação de habilitação original, ou cópia autenticada, e a proposta comercial no prazo máximo de 02 (dois) dias, para o seguinte endereço: CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA, Pç. Silviano Brandão, nº 5, centro, Viçosa, MG, CEP 36.570-000.
- **8.3.9** Verificada a regularidade da documentação o pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor.
- **8.3.10** Os envelopes "Documentos de Habilitação" das licitantes desclassificadas serão devolvidos ao término da sessão do pregão.



### 9 - DOS RECURSOS

- **9.1** Declarado o vencedor, fracassado ou deserto o lote qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata.
  - **9.1.1** O pregoeiro negará admissibilidade ao recurso quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido.
  - **9.1.2** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer dos licitantes importará decadência do direito de recurso.
  - **9.1.3** Admitido o recurso será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de suas razões.
  - **9.1.4** Os demais licitantes ficarão automaticamente intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.
  - 9.1.5 O licitante poderá também apresentar as razões do recurso na sessão do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes automaticamente intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista dos autos.
- 9.2 A apresentação das razões de recurso e das contrarrazões, assim como documentos complementares, será efetuada obrigatoriamente mediante protocolo junto ao à Comissão Permanente de Licitação, no horário de 08h00min (oito horas) às 17h00min (dezessete horas), observados os prazos previstos no item 10.1.
- **9.3** Os recursos e contrarrazões de recurso devem ser endereçados ao pregoeiro, que poderá:
  - **9.3.1** motivadamente, reconsiderar a decisão;
  - **9.3.2** motivadamente, manter a decisão, encaminhando o recurso para a Autoridade Competente.
- **9.4** Não serão conhecidos os recursos quando não forem apresentadas as razões ou estas forem apresentadas fora dos prazos estabelecidos.
- 9.5 Os recursos terão efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, exceto quando manifestamente protelatórios ou quando o pregoeiro reconsiderar sua decisão.



- **9.6** Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do encerramento do prazo para apresentação de contrarrazões.
- **9.7** As decisões de eventuais recursos serão divulgadas mediante publicação no sítio oficial da Câmara Municipal de Viçosa na internet.
- 9.8 Na ausência de manifestação de intenção de interposição de recursos ou após decisão dos mesmos, o Pregoeiro devolverá os envelopes de "HABILITAÇÃO" inviolados aos licitantes desclassificados podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

## 10 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- **10.1** O Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, quando inexistir recurso ou quando reconsiderar sua decisão, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.
- **10.2** Decididos os recursos porventura interpostos e, constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, esta adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

## 11 – DA CONTRATAÇÃO

- **11.1** Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, conforme minuta do Anexo IV.
  - **11.1.1** O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente.
  - **11.1.2** Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.
  - **11.1.3** Na hipótese de convocação dos licitantes remanescentes no pregão, o licitante deverá manter sua última proposta registrada, podendo negociar este preço, não havendo necessidade de cobrir o preço da proposta mais vantajosa.
- 11.2 O representante legal do licitante que tiver apresentado a proposta vencedora deverá assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, através de fax, carta postal ou e-mail.



11.3 Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

#### **12 – DO PAGAMENTO**

- 12.1 O pagamento será efetuado através da Tesouraria da Câmara Municipal de Viçosa, no prazo de 3 (três) dias úteis corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo CONTRATANTE.
  - **12.1.1** O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo gestor.
  - **12.1.2** As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo CONTRATANTE.
- 12.2 A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da(s) dotação(s) orçamentária(s): 01002.0103101014.013 Manutenção das Atividades Administrativas da Câmara, elemento de despesa 339039 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

## 13 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1 A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo CONTRATANTE:
  - **13.1.1** advertência por escrito;
  - **13.1.2** multa de:
    - 13.1.2.1 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
    - 13.1.2.2 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos



ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

- **13.1.3** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- **13.1.4** declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois), conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- **13.2** São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:
  - **13.2.1** não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;
  - **13.2.2** retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;
  - **13.2.3** paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;
  - **13.2.4** entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;
  - **13.2.5** alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
  - 13.2.6 prestação de serviço de baixa qualidade;
- **13.3** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 13.1.
- **13.4** A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.
- **13.5** As sanções relacionadas nos itens 13.1.3 e 13.1.4 também poderão ser aplicadas àquele que:
  - **13.5.1** deixar de apresentar documentação exigida para o certame;
  - 13.5.2 apresentar declaração ou documentação falsa;
  - 13.5.3 ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
  - **13.5.4** não mantiver a proposta;



- **13.5.5** falhar ou fraudar a execução do futuro contrato;
- **13.5.6** comportar-se de modo inidôneo;
- 13.5.7 cometer fraude fiscal.
- **13.6** A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

## 14 – DISPOSIÇÕES GERAIS

- **14.1** Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.
- É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- **14.3** É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.
- 14.4 O objeto do contrato decorrente da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.
- O pregoeiro no julgamento das propostas e da habilitação poderá relevar omissões puramente formais e sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- **14.6** É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste pregão.
- **14.7** A presente licitação somente poderá ser revogada por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- **14.8** Este edital encontra-se disponível gratuitamente no site <u>www.vicosa.mg.leg.br</u> ou poderá ser obtido na sede da Câmara Municipal de Viçosa.



Viçosa, 18 de agosto de 2015.

# José Adilson de Lima Coelho **Pregoeiro**

Aprovo o presente edital.

Randolpho Martino Júnior Advogado OAB/MG nº 72.561



## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO

#### 1.OBJETIVO

Contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização em Sessões e Eventos internos e externos realizados pela Câmara Municipal de Viçosa.

#### 2.OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
01	<ul> <li>Técnica de som nas reuniões Ordinárias, Extraordinárias, Audiências Públicas e Eventos de solenidades.</li> <li>Serviços de sonorização em Sessões Solenes e Eventos realizados pela Câmara Municipal internas e externas.</li> </ul>	
02	Manutenção preventiva e corretiva	
	dos equipamentos;	
TOTAL	GLOBAL	R\$43.880,00

A empresa licitante deverá apresentar a seguinte estrutura para prestação de serviço para Sessões e Eventos internos e externos:

- 01 Mesa de 24 canais;
- 01 DVD player;
- 01 Multi-efeitos;
- 01 Compressor;
- 01 Divisor ativo eletrônico;
- 03 Equalizador gráficos de 31 bandas cada um estéreo;
- 01 Microfone sem fio profissional de 2 antenas;
- 13 Pedestais girafa;
- 05 Garras para microfone para bateria;
- 01 Sistema Amplicado para contra-baixo
- 01 Sistema Amplicado para guitarra
- 01 Sistema Amplicado para teclado
- 02 Caixas de sub-grave
- 02 Caixas Tree-way
- 01 kit de microfones para bateria
- 05 Garras para bateria
- 01 Sistema de retorno para bateria
- 01 Multicabo de 27 vias
- 12 microfones profissionais
- 03 Caixas de retorno



- 05 Unidade de Potência
- Cabos e fiação para ligação dos mesmos, andaime para Halls Mix, Andaime para PA.
- Sistema de Telão quando for solicitado para as reuniões.
- Necessário 01(um) carro de som com no mínimo 02(dois) microfones sem fio e entrada para pendrive, quando solicitado.

## 3.JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os serviços se fazem necessários para a realização de sessões e eventos realizados pela Câmara Municipal no âmbito das suas atividades junto a sociedade Viçosense.

## **4.OBSERVAÇÕES**

Os serviços serão realizados conforme necessidade e sob emissão de ordem de fornecimento.

As empresas deverão disponibilizar uma equipe treinada para a instalação e acompanhamento técnico, sendo que os serviços acima deverão estar inclusos as despesas de alimentação para toda equipe técnica, bem como também as despesas relacionados a transporte dos equipamentos.

A empresa que participar do certame licitatório para atender ao objeto do projeto básico do pregão em destaque, deverá possuir aporte técnico que proporcione reais garantias quanto às locações de telões e de microfones, a serem fornecidos, utilizandose para tal de materiais, equipamentos, ferramentas e mão-de-obra de boa qualidade.

Todos os itens contratados deverão ser entregues de acordo com as especificações, e por conseguintes

## 5. ADJUDICAÇÃO

Deverá ser menor preço global.

#### 6. DA DESPESA

As despesas decorrentes da execução do objeto deste Termo de Referência correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

A despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

01002.0103101014.013 - Manutenção das atividades administrativas da Câmara



elemento de despesa 339039- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

## 7. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A aquisição será conforme demanda da Câmara Municipal de Viçosa, sendo que, os serviços deverão ser prestados conforme solicitação.

#### 8. VIGÊNCIA

O prazo de vigência do CONTRATO será da data de sua assinatura ate 31 de dezembro de 2015.

#### 9. LOCAL DE ENTREGA

Setor de Almoxarifado da Câmara Municipal de Viçosa, endereço Praça Silviano Brandão, nº05, centro Viçosa-MG.

## 10. UNIDADE FISCALIZADORA

É competente para acompanhar e conferir o objeto deste edital o Chefe de Seção de Material e Patrimônio.

#### 11. PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento no protocolo da CONTRATANTE, da nota fiscal, boleto bancário e/ou fatura, ficando o pagamento condicionado a comprovação de que a CONTRATADA mantém os requisitos de habilitação quanto a regularidade fiscal.

#### 11. PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa da CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções:

- a) ADVERTÊNCIA sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;
- b) MULTA no valor de 5% (cinco por cento) do valor global dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- c) A CONTRATANTE aplicará as demais penalidades previstas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93 e no Decreto 5.450/2005, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil;



- d) Suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Viçosa CMV, por prazo não superior a 2 (dois) anos e rescisão contratual;
- e) A empresa que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contatar, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Viçosa, 18 de agosto de 2015.

José Adilson de Lima Coelho Pregoeiro



# ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA SERVIÇOS

PROPOSTA	COMERCIAL PA	ARA O PREGÃO PR	RESENCIAL N.	<sup>2</sup> 015/2015
(p	reenchida em	papel timbrado da	a proponente	e)
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA	PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE			
Razão Social/Nome				
CNPJ/CPF				
Endereço				
Telefone/Fax				
Nome do Representante Legal				
Identidade do Representante Legal		CPF do Represen		
	DESCRIÇÃO D	)A PROPOSTA – LO	OTE ÚNICO	
Item 01 –		Valor Unitário	Quantidad e	Valor Total (a)
		R\$		R\$
Item 02 –		Valor Unitário	Quantidad e	Valor Total (b)
		R\$		R\$
Valor Total do Lote Único: (	R\$			
Duração do contrato	MESES			
Condições de pagamento	CONFORME MINUTA DO CONTRATO			
Prazo de Validade da Proposta				
Local de execução				



Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.

Declaro que esta proposta foi elaborada de forma independente.

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa



# **ANEXO III- MODELOS DE DECLARAÇÕES**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

# **PROCURAÇÃO**

Α	.CNF	PJ nº.	,	com sede
à			representado	
	<diretores ou="" sócios<br="">stado civil, profissão e e constitui, co</diretores>	s, com qualit endereço> omo Proco	ficação completa pelo presente ins urador(a) o(a)	– nome, RG, strumento de Senhor(a)
necessários no Pregapresentar proposta, desistir de recursos	<nome, cpf,<br="" rg,="">confere amplos podere ão nº, confe lances verbais, negoci , apresentar declaraç stabelecer esta para o</nome,>	s para repre erindo-lhe a iar preços e cões, firmar	esentar a outorga inda, poderes e demais condiçõe compromissos	ante nos atos speciais para es, interpor e ou acordos,
Data e local.				
Assinatura do Represo	 entante Legal da Empre	sa		
<u>-                                    </u>	eclaração deverá ser de qualquer envelope.		a ao pregoeiro	na fase de



(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

# DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Α	,CNP.	J nº		,	com	sede
à,	neste	ato	repr	resentado	j	pelo(s)
<diretor< td=""><td>es ou sócios,</td><td>, com qua</td><td>alificação</td><td>completa</td><td>– nom</td><td>ne, RG,</td></diretor<>	es ou sócios,	, com qua	alificação	completa	– nom	ne, RG,
CPF, nacionalidade, estado civi	l, profissão e	e endere	ço> pelo	presente	instru	mento
declara sob as penas da lei, em	especial do	art. 12 da	a Lei Esta	adual 14.16	57/200	)2, que
cumpre plenamente os requi nº	sitos de ha	bilitação	para pa	articipação	no l	Pregão
Data e local.						
Assinatura do Representante Leg	 gal da Empres	ia				
Observação: <u>esta declaração</u> credenciamento, fora de qualque		apresenta	ada ao	pregoeiro	na fa	ise de



(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

# DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Α	, CNPJ nº	, com	n sede
à,	declara, sob as penas da	lei, que, até a present	e data,
inexistem fatos impeditivos ciente da obrigatoriedade de Data e local.	•	•	tatório,
Assinatura do Representante	 Legal da Empresa		



(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

# DECLARAÇÃO DE RESTRIÇÃO REGULARIDADE FISCAL DA ME OU EPP

Α	,CNPJ	nº.		com sede
à,	neste	ato	representado	pelo(s)
<dir< td=""><td>etores ou sócios,</td><td>com q</td><td>ualificação completa</td><td>– nome, RG,</td></dir<>	etores ou sócios,	com q	ualificação completa	– nome, RG,
CPF, nacionalidade, estado o	civil, profissão e e	ndereç	o> pelo presente inst	rumento, na
condição de	<microer< th=""><th>npresa</th><th>ou Empresa de Pequ</th><th>ueno Porte&gt;,</th></microer<>	npresa	ou Empresa de Pequ	ueno Porte>,
declara que apresenta rest	rições na docume	entação	o relativa à regulario	dade fiscal e
assume o compromisso de p	romover sua regul	arizaçã	io no prazo de 02 (do	is) dias úteis,
prorrogável por igual período	o, caso formule o l	ance v	encedor.	
Data e local.				
Assinatura do Representante	e Legal da Empresa	1		



(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

# **DECLARAÇÃO DE MENORES**

Α	, CNPJ nº, com sede
à	, declara, sob as penas da lei, a inexistência de trabalho
, , ,	ou insalubre por menores de 18 (dezoito) anos ou a realização de por menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz,
Data e local.	
Assinatura do Repr	esentante Legal da Empresa



## **ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO**

#### CONTRATO N.º

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram a CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA e <xxx>.

Contrato originário da licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL n.º 015/2015, para a prestação de serviços de sonorização em sessões e eventos realizados pela Câmara Municipal, em eventos extermos e realização de manutenção de equipamentos.

Cláusula Primeira - DAS PARTES
CONTRATANTE
CÂMARA MUNICIPAL DE VIÇOSA
CONTRATADA
Razão Social/Nome:
Endereço:

Representante Legal: <inserir nome, número do documento de identidade e do CPF>

## Cláusula Segunda - DO OBJETO

CNPJ/CPF:

Este contrato tem por objeto a **contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização em Sessões e Eventos internos e externos** realizados pela Câmara Municipal de Viçosa de acordo com as especificações e detalhamentos do ANEXO I do PREGÃO PRESENCIAL nº. 015/2015 que, juntamente com a proposta da CONTRATADA, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.



ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR
01	<ul> <li>Técnica de som nas reuniões</li> </ul>	
	Ordinárias, Extraordinárias ,	
	Audiências Públicas e	
	Eventos de solenidades.	
	<ul> <li>Serviços de sonorização em</li> </ul>	
	Sessões Solenes e Eventos	
	realizados pela Câmara	
	Municipal internas e	
	externas.	
02	Manutenção preventiva e corretiva	
	dos equipamentos;	

A empresa licitante deverá apresentar a seguinte estrutura para prestação de serviço para Sessões e Eventos internos e externos:

- 01 Mesa de 24 canais;
- 01 DVD player;
- 01 Multi-efeitos;
- 01 Compressor;
- 01 Divisor ativo eletrônico;
- 03 Equalizador gráficos de 31 bandas cada um estéreo;
- 01 Microfone sem fio profissional de 2 antenas;
- 13 Pedestais girafa;
- 05 Garras para microfone para bateria;
- 01 Sistema Amplicado para contra-baixo
- 01 Sistema Amplicado para guitarra
- 01 Sistema Amplicado para teclado
- 02 Caixas de sub-grave
- 02 Caixas Tree-way
- 01 kit de microfones para bateria
- 05 Garras para bateria
- 01 Sistema de retorno para bateria
- 01 Multicabo de 27 vias
- 12 microfones profissionais
- 03 Caixas de retorno
- 05 Unidade de Potência
- Cabos e fiação para ligação dos mesmos, andaime para Halls Mix, Andaime para PA.
- Sistema de Telão quando for solicitado para as reuniões.



 Necessário 01(um) carro de som com no mínimo 02(dois) microfones sem fio e entrada para pendrive, quando solicitado.

#### Cláusula Terceira - DO PREÇO

O preço global do presente contrato é de R\$ ( ) no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, sendo o(s) seguinte(s) preço(s) unitário(s) GLOBAL:

#### Cláusula Quarta - DO LOCAL E DO RECEBIMENTO

A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto descrito no Anexo I do Edital do Pregão nº. 015/2015, no endereço indicado.

- I A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Anexo I mediante solicitação do gestor do contrato, respeitado o prazo máximo de dias.
- II O recebimento do objeto, pela CONTRATANTE, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:
- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Anexo I, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela CONTRATADA;
- b) definitivamente, após 3 (três) dias, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas no Anexo I e conseqüente aceitação, observado o disposto no art. 10 do Decreto nº. 37.924/96.
- III Havendo necessidade de correção por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso. Fica a CONTRATADA sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.
- IV Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

#### Cláusula Quinta – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através da Tesouraria da Câmara Municipal de Viçosa, no prazo de 10 (dez) dias úteis corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo CONTRATANTE.

I - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor.



- II As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo CONTRATANTE.
- § 1º O pagamento fica condicionado à regularidade fiscal da CONTRATADA, garantindo a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.
- § 2º Na hipótese de irregularidade fiscal, a CONTRATADA deverá regularizar sua situação perante o cadastro. O prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data de sua regularização.

### Cláusula Sexta - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da(s) dotação(s) orçamentária(s): 01002.0103101014.013 — **Manutenção das Atividades Administrativas da Câmara**, elemento de despesa 339039 — **Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica**.

## Cláusula Sétima - DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

#### § 1º - DO CONTRATANTE

- I fiscalizar e avaliar a execução do contrato, através de agente previamente designado, podendo, para tanto, vistoriar, solicitar a emissão de relatórios gerenciais e auditar os relatórios de prestação do serviço elaborados pela CONTRATADA;
- II proporcionar à CONTRATADA o acesso às informações e documentos necessários ao desenvolvimento dos serviços, bem como aos locais onde os serviços serão executados:
- III comunicar à CONTRATADA, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando-lhe prazo para que a regularize, sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções legais e contratuais previstas;
- IV promover o recebimento provisório e o definitivo no prazo fixado;
- V efetuar o pagamento no prazo fixado neste contrato.

#### § 2º - DA CONTRATADA

I - mobilizar e disponibilizar todos os recursos necessários à prestação dos serviços;



- II prestar os serviços que compõem o objeto deste contrato, nas condições estabelecidas pelo Anexo I do Edital;
- III cumprir as ordens de serviço emitidas pelo CONTRATANTE;
- IV cumprir todas as normas técnicas aplicáveis para a boa execução dos serviços;
- V providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços;
- VI responsabilizar-se por todas as despesas envolvidas na prestação de serviços;
- VII iniciar os serviços no prazo fixado pelo CONTRATANTE, em exato cumprimento às especificações do Anexo I do Edital;
- VIII observar os horários determinados pelo CONTRATANTE;
- IX fornecer todas as informações solicitadas pelo CONTRATANTE no prazo determinado;
- X disponibilizar ao CONTRATANTE os contatos (telefone, endereço, e-mail, rádio, etc.) dos responsáveis pela execução dos serviços;
- XI manter os dados cadastrais atualizados junto ao CONTRATANTE;
- XII manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- XIII arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XIV responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XV promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para reparar os danos e prejuízos causados, sendo de sua responsabilidade eventuais reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir em decorrência do evento danoso;
- XVI exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pelo CONTRATANTE;
- XVII manter um arquivo organizado com todos os documentos relacionados a este contrato, tais como ordens e recomendações expedidas pelo CONTRATANTE, registros de manutenção e de fatos relevantes;



XVIII - a CONTRATADA não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;

XIX - responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do CONTRATANTE. Caso esta seja chamada a juízo e condenada pela eventual inobservância das normas em referência, a CONTRATADA obriga-se a ressarci-la do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação.

## Cláusula Oitava - DAS SANÇÕES

O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo CONTRATANTE:

- I advertência por escrito;
- II multa, nos seguintes limites máximos:
- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa da CONTRATADA em efetuar o reforço de garantia;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- III suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- IV declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, no prazo mínimo de 02 (dois) e máximo de 05 (cinco) anos.
- § 1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:
- I não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;



- II retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;
- III paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Municipal;
- IV entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;
- V alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
- VI prestação de serviço de baixa qualidade;
- § 2º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.
- § 3º A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.
- § 4º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitandose a ampla defesa e o contraditório.

## Cláusula Nona - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do CONTRATANTE, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto no Anexo I do Edital, na proposta da CONTRATADA e neste instrumento.

- § 1º Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.
- § 2º A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.
- $\S 3^{\circ}$  O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

#### Cláusula Décima – DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, da Lei 8.666/93.



## Cláusula Décima Primeira - DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

## Cláusula Décima Segunda - DA RESCISÃO

De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

- I por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;
- II amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;
- III judicial, nos termos da legislação.
- § 1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizada a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.
- § 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

#### Cláusula Décima Terceira - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- I A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração contratual.
- II É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste contrato.

#### Cláusula Décima Quarta - DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do contrato, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal n.º 8.666/93.

## Cláusula Décima Quinta - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Viçosa, MG, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.



E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

Viçosa,	de	de	•	
CONTRATAN	ГЕ:			
CONTRATADA	۹:			
TESTEMUNH	AS:			
				Aprovo o presente contrato.
				Aprovo o presente contrato.

Randolpho Martino Júnior Advogado OAB/MG nº 72.561